



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS



Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Dezembro/2019

I I Concurso Público para provimento de cargos Assistente Técnico de Defensoria Assistente Técnico Administrativo

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'B', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

As pessoas são o elemento central do desenvolvimento sustentável.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões objetivas, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão objetiva existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS da Prova Objetiva, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas personalizada.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

Literatura e escola

Na escola, a leitura de textos literários pode se tornar apenas uma tarefa de Português, uma obrigação – e lá se vai, se assim for, o prazer da leitura. O ser humano gosta de pensar que decide o seu destino, e só acredita que poderá ser feliz quando apenas sua vontade estiver no comando. Mas sou obrigado a confessar: algumas vezes fui ler por obrigação, a mando de professor, e acabei encontrando grande prazer na leitura.

Toda a questão está em que haja uma boa combinação de fatores: ler certo texto, em certa idade, com a motivação pessoal de certos interesses. Todos esses “certos” são muito variáveis, mudam de pessoa para pessoa – mas a gente sabe quando a combinação resulta positiva: saímos satisfeitos com a descoberta de um mundo que não conhecíamos, que nem sabíamos ser possível, e que somos capazes de incorporar ao nosso próprio mundo, agora maior que antes.

A experiência da literatura é insubstituível: nenhuma arte nos dá tanto o que pensar e sentir quanto essa que, contando com não mais que palavras, nos leva para todas as histórias, todas as geografias, nos embarca em todas as viagens e sensações. Não importa o avanço da tecnologia e de suas ofertas miraculosas: uma escola não pode deixar de proporcionar ao jovem a oportunidade de encontrar dentro de si a revelação de um mundo que certo livro, em certa idade, por conta de certos motivos, lhe oferece com tal intensidade que lhe deixará o vivo desejo de ler mais, de ler muitos outros mais.

(Ariovaldo Passos da Cunha, inédito)

1. No primeiro parágrafo defende-se a tese de que a leitura de textos literários, na escola,
 - (A) deve ser vista como o cumprimento de uma atividade aborrecida mas necessária.
 - (B) acaba sendo uma prova de que muitos jovens só encontram sentido no que fazem sob coação.
 - (C) pode converter-se numa experiência prazerosa, ainda quando seja uma tarefa compulsória.
 - (D) redundante em alto grau de satisfação quando os alunos participam da escolha dos autores.
 - (E) revela-nos nosso destino, que é o de irmos a apreciar as coisas que os outros já apreciam.

2. Pode-se resumir assim a convicção central exposta no segundo parágrafo:
 - (A) Para que a leitura de um texto literário seja prazerosa, deve concorrer uma positiva articulação de variáveis.
 - (B) Caso não se saiba distinguir entre um bom e um mau autor, deve-se ouvir a opinião de certos leitores.
 - (C) Como não existe o certo e o errado no campo das artes, todo texto literário deve ser visto como um texto estimulante.
 - (D) A variação do gosto dos leitores é tamanha que se torna impossível julgar a qualidade de um texto literário.
 - (E) Só podemos apreciar o valor de uma obra literária quando valorizamos igualmente o que é certo e o que é errado.

3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
 - (A) *e lá se vai, se assim for* (1º parágrafo) = é o que nos resta, ainda assim.
 - (B) *Toda a questão está em* (2º parágrafo) = O menor dos problemas consiste em.
 - (C) *somos capazes de incorporar* (2º parágrafo) = habilitamo-nos a exteriorizar.
 - (D) *contando com não mais que* (3º parágrafo) = dispondo-se a evitar o que.
 - (E) *por conta de certos motivos* (3º parágrafo) = em virtude de determinadas razões.

4. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
 - (A) O autor do texto não hesitou entre mostrar que sua participação como leitor de literatura não deixou de ser complacente.
 - (B) Ainda que hajam muitos leitores controversos à literatura, outros tantos sabem apreciar-lhe e interessar-se por ela.
 - (C) Os menos interessados em literatura podem, à certa altura, se deixar atraídos por ela, uma vez que se encontre motivos para tanto.
 - (D) Ainda que obrigados à leitura, na escola, é provável que encontremos nesse encargo um prazer tão verdadeiro como inesperado.
 - (E) Segundo o autor, as criaturas humanas podem discriminar entre obrigações um prazer cujo não se incutiria nas mesmas.



5. Na forma sublinhada o verbo encontra-se na voz passiva e atende plenamente às normas de concordância em:
- (A) Não se julgue maus leitores aqueles que têm dificuldades naturais na leitura de um texto.
 - (B) Encontram-se nessa biblioteca bons textos, para todos os gostos.
 - (C) Eles têm confiado no meu gosto, quando me pedem indicação de livros.
 - (D) Foi lido muito às pressas, e com má vontade, a maioria dos livros indicados.
 - (E) Não se sabem ao certo quantos alunos se disporão a ler esse livro.

6. Está inteiramente adequada a **pontuação** da seguinte frase:
- (A) Quem não se dispuser a ler, não leia, embora depois, possa se arrepender.
 - (B) Nem sempre, as tarefas obrigatórias deixam de ser, ainda assim prazerosas.
 - (C) Quando ela não nos dá prazer, por obrigatória, ficará da leitura, provavelmente, algum rancor.
 - (D) Ainda que você não goste, do início de um livro, insista, pois quem sabe assim, algo se revele.
 - (E) Embora ele relute, em ler romances, tem imaginação suficiente, para vir a gostar deles.

Atenção: Para responder às questões de números 7 a 12, baseie-se no texto abaixo.

O inexpugnável mistério

Aceitemos de bom grado a tese formulada pelo físico nuclear dinamarquês Niel Bohr, segundo a qual “a tarefa da ciência é reduzir todos os mistérios a simples trivialidades”. Aceitemos também a conjectura de que, com o tempo e com um trabalho sem tréguas, os cientistas tenham conseguido levar a cabo essa tarefa da ciência, e todos os mistérios do mundo – da origem da vida à relação entre a mente e o cérebro – tenham afinal rendido os seus segredos e se revelado ao olhar humano naquilo que são: trivialidades perfeitamente inteligíveis na ordem natural das coisas.

Pois bem. Terminada a tarefa da ciência, restará ainda um derradeiro enigma diante do qual ela não tem, nem poderá vir a ter, o que dizer: o mistério da trivialidade de tudo. Em outras palavras: a ciência não saberá explicar a razão de ser de todas as trivialidades que compõem o nosso misterioso mundo.

(Adaptado de: GIANETTI, Eduardo. **Trópicos utópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, p. 27)

7. A propósito da tese de que “a tarefa da ciência é reduzir todos os mistérios a simples trivialidades” o autor do texto faz ver que:
- (A) Quando realmente se anunciarem as trivialidades, não haverá como contestar essa tese.
 - (B) Esclarecidos os mistérios pela competência da ciência, restará ainda o mistério maior.
 - (C) Nunca haverá o homem de reduzir qualquer mistério a uma simples trivialidade.
 - (D) O físico nuclear Niel Bohr está aqui se referindo apenas aos mistérios religiosos.
 - (E) As trivialidades do mundo não constituem mistérios que a ciência precise resolver.
8. Na frase Aceitemos também a conjectura de que [...] os cientistas tenham conseguido levar a cabo essa tarefa (1º parágrafo), os segmentos sublinhados podem ser substituídos, na ordem dada e sem prejuízo para a correção e o sentido, por:
- (A) Consideremos ainda a hipótese / ser bem-sucedidos nessa empreitada
 - (B) Aventemos ainda a dúvida / driblar essa missão
 - (C) Resignemo-nos a acatar a opinião / atingir parcialmente seus objetivos
 - (D) Tomemos como aceitável a tese / postergar essa finalidade
 - (E) Acolhamos enfim a convicção / redundar em seus propósitos
9. Na frase Terminada a tarefa da ciência, restará ainda um derradeiro enigma, mantém-se o sentido caso se substitua o segmento sublinhado por:
- (A) Ainda que a tarefa seja arrematada
 - (B) À proporção que se finalize a tarefa
 - (C) Conquanto se ultime a tarefa
 - (D) Uma vez concluída a tarefa
 - (E) À medida que se implemente



10. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:
- (A) Não se esperem que os enigmas sejam todos resolvidos.
 - (B) Sempre haverão teses insólitas que causarão dúvidas entre os físicos.
 - (C) Não merece crédito dos físicos modernos a postulação desses cientistas.
 - (D) Mesmo que se dessem resolução aos mistérios, restaria o maior deles.
 - (E) Caso se proponham aos cientistas nucleares essa dúvida final, como responderão?

11. Está plenamente correta, quanto à coesão de seus elementos, a construção da frase:
- (A) Sua tese formulada, se aceita de bom grado, Nicolas Bohr considera-a precisa.
 - (B) A ciência não explicará, de vez que os mistérios do mundo sejam trivialidades.
 - (C) Muitos cientistas não imaginam, a ciência por vezes está longe de alcançar.
 - (D) Embora não se esclareça o mistério final, nem as trivialidades se explicam.
 - (E) Ao se imaginar que tudo se esclareceu, eis que subsiste o mistério essencial.

12. Considere as seguintes afirmações:
- I. O físico nuclear expôs sua tese.
 - II. Sua tese confia no poder da ciência.
 - III. O autor questiona esse poder.

Essas três afirmações integram-se com clareza, correção e coerência neste período único:

- (A) Apesar de confiar no poder da ciência, o físico nuclear expôs sua tese em que o autor questiona.
- (B) O autor questiona o poder da ciência no qual o físico nuclear, ao expor sua tese, mostra-se confiante.
- (C) Ao questionar seu poder, o autor não confia na tese de que o físico nuclear expõe com confiança na ciência.
- (D) A tese em que confia no poder da ciência, é questionada pelo autor, diante da tese exposta pelo confiante físico nuclear.
- (E) Uma vez exposta sua tese, o físico nuclear mostra-se confiante do poder da ciência de que o autor prefere questionar.

Conhecimentos Jurídicos e Institucionais

13. De acordo com a Constituição da República, para preservar, em locais restritos e determinados, a ordem pública ou paz social atingida por calamidades de grandes proporções na natureza, o
- (A) Congresso Nacional, a pedido do governador do Estado atingido e ouvido o Ministério Público Federal, poderá decretar a intervenção federal.
 - (B) Presidente da República, ouvido o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, poderá decretar estado de defesa.
 - (C) Congresso Nacional poderá decretar, a pedido do Presidente da República e autorizado pelo Supremo Tribunal Federal, estado de sítio.
 - (D) Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional, poderá decretar estado de calamidade pública.
 - (E) Conselho de Proteção Nacional, por solicitação dos Prefeitos e Governadores das regiões atingidas, poderá decretar estado de emergência.
14. A acumulação remunerada de cargos públicos é, por regra, proibida. A Constituição da República contudo, de maneira excepcional, permite expressamente, entre outras hipóteses, havendo compatibilidade de horários, a acumulação de
- (A) um cargo de jornada parcial com outro de assessoria especial.
 - (B) dois cargos destinados a profissionais da segurança pública.
 - (C) um cargo de policial com outro de serventário da Justiça.
 - (D) até três cargos de professor, desde que mantidos por entes federativos diversos.
 - (E) dois cargos privativos de profissionais da saúde, com profissões regulamentadas.

15. Segundo disposição expressa da Constituição da República, a República Federativa do Brasil é formada
- (A) pelas unidades federativas articuladas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e constitui-se em Estado Unitário Confederado.
 - (B) pela integração coordenada entre União, Estados e Municípios e constitui-se em Estado Democrático Descentralizado.
 - (C) pelo conjunto reunido de Distritos, Municípios, Estados e regiões e constitui-se em Estado Democrático Parlamentar.
 - (D) pela instituição permanente dos entes federais, municipais e estaduais e constitui-se em Estado Democrático Jurisdicional.
 - (E) pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal e constitui-se em Estado Democrático de Direito.



16. A Defensoria Pública dos Estados, conforme Lei Complementar nº 80/1994, compreende, como órgão
- (A) de atuação, a Subdefensoria Pública-Geral do Estado.
 - (B) da administração superior, a Ouvidoria-Geral do Estado.
 - (C) de execução, o Defensor Público do Estado.
 - (D) auxiliar, a Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado.
 - (E) complementar, o Núcleo de Assistência Jurídica Suplementar do Estado.
-
17. Carro oficial é furtado após funcionário público estacioná-lo em via pública deixando as portas abertas e as chaves no contato. O funcionário, nesse caso, incorre, em tese, no crime de
- (A) dano ao patrimônio público.
 - (B) peculato culposo.
 - (C) malversação de fundos públicos.
 - (D) gestão perdulária de bens e serviços públicos.
 - (E) condescendência criminosa.
-
18. Inclui-se, entre os direitos dos assistidos da Defensoria Pública expressamente previstos na Lei Complementar nº 80/1994,
- (A) o patrocínio de seus direitos e interesses pelo defensor de sua escolha, desde que em exercício na circunscrição da causa.
 - (B) ser atendido na unidade da Defensoria Pública mais próxima de sua residência.
 - (C) receber assistência jurídica pela Defensoria Pública Estadual em matéria afeta à Defensoria Pública da União onde essa última não estiver instalada.
 - (D) a atuação de Defensores Públicos distintos, quando verificada a existência de interesses antagônicos ou colidentes entre destinatários de suas funções.
 - (E) receber orientação jurídica em relação a sua demanda quando denegado o patrocínio judicial pelo não reconhecimento de hipossuficiência econômica.
-
19. A progressão horizontal, conforme definição trazida pela Lei nº 4.077/2014, no capítulo da estrutura do plano de cargos, carreiras e remunerações dos servidores auxiliares da Defensoria Pública do Estado do Amazonas, diz respeito
- (A) à evolução do servidor para o Padrão seguinte mantida a classe, mediante classificação no processo de Avaliação Periódica de Desempenho ou por aprovação em estágio probatório.
 - (B) à promoção do servidor para a classe subsequente, mediante adequada titulação e classificação no processo de Avaliação Periódica de Desempenho.
 - (C) ao acúmulo progressivo de funções e responsabilidades do servidor ao longo do tempo de serviço que resulta, por critérios de antiguidade, em salto na escala de vencimentos.
 - (D) ao trânsito do servidor pelas diversas funções relacionadas ao mesmo cargo, respeitada sua formação escolar, a legislação profissional e os regulamentos do serviço.
 - (E) ao desempenho transitório, pelo servidor, de função gratificada com remuneração de função de confiança, sem alteração de classe ou padrão.
-
20. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica e de outras previstas na própria Lei nº 8.429/1992, o responsável pelo ato de improbidade que atenta contra os princípios da administração pública está sujeito
- (A) à perda dos direitos civis e políticos por até 12 anos.
 - (B) ao pagamento de multa civil de até cem vezes o valor da remuneração percebida pelo agente.
 - (C) à perda do cargo e à declaração de incapacidade permanente para investidura em função pública.
 - (D) à suspensão da licença para exercício de profissão relacionada à prática do ato de improbidade.
 - (E) à censura pública em publicação oficial ou privada de grande circulação.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Noções de Direito Administrativo**

21. Um cidadão hipossuficiente comparece à Defensoria Pública, buscando assistência judiciária para anular um auto de infração lavrado por agente do Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/AM, autarquia estadual do Amazonas, que lhe teria aplicado uma sanção por infração de trânsito, sendo certo que referido cidadão não possui veículo automotor. Diante dessa situação, deve-se ajuizar ação anulatória da referida autuação em face do
- (A) Estado do Amazonas, uma vez que as autarquias não possuem personalidade jurídica própria.
 - (B) dirigente do DETRAN/AM, uma vez que são os dirigentes que respondem pelos atos das autarquias.
 - (C) Governo do Estado do Amazonas, cabendo-lhe a responsabilidade pela atuação dos agentes estaduais.
 - (D) DETRAN/AM, pois as autarquias possuem personalidade jurídica própria, cabendo-lhes a responsabilidade pelos atos de seus agentes.
 - (E) agente que lavrou o auto de infração, pois é o causador direto da nulidade apontada.
-
22. Dentre as entidades da Administração indireta, há uma espécie que obrigatoriamente deve assumir a forma de sociedade anônima. Trata-se da
- (A) autarquia.
 - (B) empresa pública.
 - (C) fundação governamental.
 - (D) agência reguladora.
 - (E) sociedade de economia mista.
-
23. Determinada empresa obteve licença do órgão ambiental competente para instalação de uma planta industrial em determinada localidade do Estado. Todavia, fiscais do órgão ambiental constataram que a referida empresa não adotou nenhuma das providências recomendadas, iniciando a execução das atividades industriais sem a obtenção da licença de operação necessária. Em vista dessa situação irregular, os fiscais propõem à chefia do órgão ambiental a extinção da licença de instalação concedida. O ato administrativo a ser emitido, no caso, é uma
- (A) cassação.
 - (B) anulação.
 - (C) revogação.
 - (D) perempção.
 - (E) ratificação.
-
24. A doutrina do Direito Administrativo distingue duas espécies de atos administrativos: os vinculados e os discricionários. O que os distingue é a ausência, nos atos vinculados, do seguinte aspecto, presente nos atos discricionários:
- (A) competência.
 - (B) mérito.
 - (C) forma.
 - (D) finalidade.
 - (E) motivo.
-
25. Uma empresa de transporte coletivo vem prestando de forma inadequada o serviço público que lhe foi concedido. Atrasos, manutenção deficiente dos veículos e irregularidades nos horários são algumas das falhas apontadas pela fiscalização do órgão estatal responsável pela concessão. Já foram aplicadas à empresa diversas multas, mas ela não mudou seu comportamento. Diante de tal situação, deve-se
- (A) esperar o término do prazo da concessão, para escolha de outra concessionária, pois ela tem direito adquirido de manter o serviço até o termo contratual.
 - (B) converter a concessão em permissão, que tem natureza precária e pode ser revogada em qualquer tempo.
 - (C) instaurar processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa, sendo cabível a aplicação da pena de caducidade, caso comprovada a inadimplência da concessionária.
 - (D) promover a encampação da concessão, mediante autorização legislativa e indenização prévia à concessionária.
 - (E) decretar o confisco da concessão, mediante processo da verdade sabida.
-
26. Determinados serviços públicos – como telefonia, fornecimento de luz e gás encanado – caracterizam-se pela possibilidade de cobrança de tarifas de seus usuários. Tal cobrança é possível, pois se trata de serviços classificados como
- (A) *uti universi*.
 - (B) *uti singuli*.
 - (C) *uti possidetis*.
 - (D) *ad utilitatem*.
 - (E) *ad valorem*.



27. A Lei de Licitações – Lei nº 8.666/1993 – estabelece uma série de conceituações relativas aos aspectos relevantes das contratações a serem entabuladas pelo Poder Público. A lei considera
- (A) obra: toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais.
 - (B) compra: toda transferência de domínio de bens a terceiros.
 - (C) empreitada por preço global: quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas.
 - (D) projeto básico: o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.
 - (E) tarefa: quando se ajusta mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais.
-
28. Uma cooperativa de produtores de leite participou de procedimento licitatório, na modalidade pregão, para fornecimento de leite e derivados a determinada entidade da Administração pública municipal. Ao abrir sua proposta, todavia, o pregoeiro observou que os preços haviam sido cotados em dólares, e não em reais. Diante de tal situação, o pregoeiro deve
- (A) fazer a conversão do preço ofertado, em moeda nacional, usando a cotação oficial do dia da abertura das propostas.
 - (B) conceder prazo para que o licitante ofereça nova proposta, em moeda nacional.
 - (C) desclassificar a proposta, por não atender às exigências do edital.
 - (D) permitir que ele participe da fase de lances, ocasião em que ele poderá corrigir o preço original de sua proposta, oferecendo lances em reais.
 - (E) inabilitar o licitante, pois cooperativas não podem participar de licitações.
-
29. Uma vez que o contrato administrativo tenha sido regularmente celebrado, após realização de prévia licitação, não será possível
- (A) promover alteração substancial do objeto inicialmente contratado, por exemplo: de prestação de serviços de limpeza para serviços de vigilância.
 - (B) promover alteração quantitativa que exceda o patamar de 10% do valor inicial do contrato.
 - (C) ser rescindido antes de seu termo final pela Administração, em virtude da cláusula *pacta sunt servanda*.
 - (D) ser anulado, a não ser por meio de ação judicial anulatória.
 - (E) promover subcontratação, ainda que dentro de limites previstos no edital e no contrato.
-
30. No tocante ao regime jurídico dos contratos administrativos, denomina-se revisão contratual
- (A) o reajustamento periódico do contrato, com base em índice previamente estabelecido em cláusula contratual.
 - (B) a negociação feita entre contratante e contratado, para fins de readequação dos prazos contratuais.
 - (C) a anulação do contrato, pela Administração, em razão de vício na sua constituição.
 - (D) a alteração bilateral do contrato, para fins de reequilíbrio econômico-financeiro do ajuste, abalado por fatos supervenientes e imprevistos.
 - (E) o processo de fiscalização da execução contratual, visando prevenir falhas e inadimplementos por parte da contratada.
-
31. Conforme disciplina da Lei Federal nº 11.079/2004, os contratos de parcerias público-privadas
- (A) somente podem ser celebrados pelas entidades da Administração Federal.
 - (B) admitem a prestação de garantia, ao parceiro privado, por meio da vinculação de receitas do parceiro público.
 - (C) não dependem de prévia licitação para sua celebração, visto que a iniciativa de contratação parte do parceiro privado.
 - (D) nunca admitem a cobrança de tarifas dos usuários dos serviços públicos prestados pelo parceiro privado.
 - (E) podem ser celebrados por prazo indeterminado.
-
32. Determinado órgão da Administração Estadual está sofrendo um processo de tomada de contas especial pelo Tribunal de Contas do Estado. Nesse caso, a tomada de contas é uma manifestação de controle
- (A) prévio.
 - (B) interno.
 - (C) jurisdicional.
 - (D) político.
 - (E) externo.
-
33. Uma associação civil, formada há dez anos por moradores de um bairro atingido por desabamento, procura a Defensoria Pública, pois pretende pleitear que seja o Poder Público compelido a cumprir obrigações de fazer, relativas à construção de estruturas de contenção de encostas e reconstrução das casas atingidas. Nesse caso, a Defensoria Pública deve ajuizar
- (A) ação popular.
 - (B) ação anulatória.
 - (C) ação civil pública.
 - (D) ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
 - (E) mandado de injunção.



34. Sobre a Organização Social, disciplinada pela Lei Federal nº 9.637/1998, sabe-se que é uma qualificação jurídica concedida a
- (A) pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que atua em regime de colaboração com o Estado, mediante contrato de gestão.
 - (B) entidades religiosas que recebem subvenções estatais relacionadas ao exercício da liberdade de crença.
 - (C) empresas privadas que, sob parcial controle do Estado, dedicam-se a prestar serviços públicos não exclusivos.
 - (D) fundações privadas que atuam em áreas não exclusivas do Estado, com seus próprios recursos, mas são por ele fiscalizadas.
 - (E) entidades componentes do chamado "Sistema S", como SESC, SESI e SENAI.
-
35. Dentre os atos praticados pela Administração Pública, há um que decorre da necessidade da revisão de escolhas previamente manifestadas pela autoridade pública, de maneira a imprimir novos rumos à atuação administrativa e readequá-la à perseguição do interesse público. Trata-se do ato administrativo de
- (A) cassação.
 - (B) ratificação.
 - (C) anulação.
 - (D) revogação.
 - (E) retrocessão.

Noções de Direito Constitucional

36. Em se tratando da organização político-administrativa dos Municípios, Estados e União, a descentralização corresponde à
- (A) promulgação de uma lei que dá a responsabilidade de execução de um serviço a uma nova entidade criada, integrante da Administração pública direta.
 - (B) criação de novas pessoas jurídicas de direito público ou privado por parte dos entes da Federação para transferência de parte das atribuições do ente criador para o novo ente criado, não havendo subordinação entre elas.
 - (C) criação de órgãos desprovidos de personalidade jurídica, realizada pela Administração pública direta, a fim de descentralizar competências, fortalecendo a eficiência.
 - (D) outorga de serviço público a entidades do Terceiro Setor, mantendo-se, entretanto, subordinação ao ente federado responsável por sua prestação.
 - (E) técnica de repartição ou distribuição de competências administrativas no âmbito de uma mesma pessoa jurídica.
-
37. Está vedada na vigência de intervenção federal a
- (A) convocação do Conselho de Defesa Nacional.
 - (B) decretação do estado de sítio.
 - (C) convocação do Conselho da República.
 - (D) permissão para que forças estrangeiras transitem pelo território nacional.
 - (E) emenda à Constituição Federal.
-
38. A atividade econômica, segundo expressa disposição da Constituição Federal vigente, tem como alguns de seus princípios:
- (A) busca do pleno emprego, função social da propriedade e tratamento favorecido para empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País.
 - (B) soberania nacional, instituição de um salário mínimo ao trabalhador, respeito às normas trabalhistas.
 - (C) função social da propriedade, livre concorrência e mercado livre para exportação de produtos brasileiros para países integrantes de mercado comum.
 - (D) busca do pleno emprego, redução das desigualdades regionais e sociais e defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento igualitário independentemente do impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação.
 - (E) propriedade privada, defesa do consumidor, desde que reconhecidamente considerado hipossuficiente e instituição de salário mínimo ao trabalhador.
-
39. O direito à liberdade de crença inclui o de aderir a uma religião,
- (A) não englobando o direito de realizar culto religioso.
 - (B) por se tratar de direito de crer em algo, não englobando o ateísmo.
 - (C) o de mudar de religião e, ainda, o direito de não aderir a religião alguma ou mesmo o direito de ser ateu.
 - (D) o de exercer culto, desde que em local privado.
 - (E) não englobando o direito à liturgia.



40. No que diz respeito ao tema "nacionalidade",
- (A) *jus sanguinis* é o critério para fixar-se a nacionalidade primária.
 - (B) *heimatlos* é o mesmo que apátrida.
 - (C) *jus solis* é o critério para atribuir-se nacionalidade ao apátrida.
 - (D) *jus loci* é a polinacionalidade.
 - (E) nacionalidade secundária é o mesmo que nacionalidade involuntária.
-
41. A soberania popular é exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, mais a iniciativa popular, o referendo e o plebiscito. Tais instrumentos previstos na Constituição Federal vigente correspondem ao modelo
- (A) do pluralismo político.
 - (B) da democracia indireta.
 - (C) da democracia direta.
 - (D) da democracia semidireta.
 - (E) do veto popular.
-
42. A Administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedece aos seguintes princípios, garantias e diretrizes, segundo o texto constitucional vigente:
- (A) proporcionalidade, impessoalidade e a possibilidade de acumular funções e empregos públicos desde que em autarquias e fundações.
 - (B) eficiência, razoabilidade e vencimentos do Poder Executivo, superiores aos pagos ao Poder Legislativo e Judiciário.
 - (C) impessoalidade, publicidade e direito à livre associação sindical ao servidor público civil.
 - (D) moralidade, eficiência e direito à greve exercida nos termos e nos limites trazidos pelo texto constitucional, independentemente de lei que o regule.
 - (E) legalidade, proporcionalidade e equiparação de espécies remuneratórias para efeito de remuneração de pessoal que realiza o mesmo serviço público.
-
43. A emenda à Constituição Federal vigente
- (A) pode ser proposta pelo Presidente da República e será discutida em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
 - (B) pode ser proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e será discutida em cada Casa do Congresso Nacional, em turno único, em sessão em que estejam presentes Deputados e Senadores, considerando-se aprovada se obtiver três quartos de seus votos.
 - (C) será promulgada, ao final, pelo Presidente da República, mesmo no caso de ter sido ele quem apresentou a proposta votada pelo Congresso Nacional.
 - (D) poderá trazer como matéria deliberativa a extinção da forma federativa de Estado, mas, nesse caso, deverá ser necessariamente proposta pelo Presidente da República e aprovada pelo Congresso Nacional, em dois turnos, pela maioria absoluta de seus membros.
 - (E) não pode ser proposta na vigência do estado de defesa e de sítio, permitindo-se, no entanto, na vigência de intervenção federal.
-
44. Cabe ao Congresso Nacional
- (A) eleger membros do Conselho da República, submetendo, posteriormente, a decisão à ratificação do Presidente da República.
 - (B) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
 - (C) processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.
 - (D) dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
 - (E) fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da Administração indireta.
-
45. São considerados pela Constituição Federal vigente órgãos do Poder Judiciário, dentre outros:
- (A) o Supremo Tribunal Federal, os Tribunais e Juízes Desportivos e os Tribunais e Juízes Federais.
 - (B) o Superior Tribunal de Justiça, o Supremo Tribunal Federal e os Tribunais e Juízes de Paz.
 - (C) os Tribunais e Juízes do Trabalho, os Tribunais e Juízes de Paz, os Tribunais e Juízes dos Estados, Distrito Federal e Territórios.
 - (D) o Conselho Nacional de Justiça, os Tribunais e Juízes Eleitorais e os Tribunais e Juízes Militares.
 - (E) o Conselho Nacional de Justiça, os Tribunais e Juízes Federais e os Tribunais e Juízes Desportivos.

**Noções de Administração**

46. A Lei nº 8.666/1993 define que a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
- Segundo o princípio da legalidade,
- (A) impede-se que o agente público estabeleça condições de caráter não exclusivista em relação aos concorrentes, seu estado ou situação.
 - (B) o processo de licitação está vinculado às prescrições legais regulamentares específicas e às estabelecidas no respectivo ato convocatório.
 - (C) o procedimento licitatório deve estar ajustado aos bons costumes e às regras de ética que devem nortear todas as atividades dos agentes administrativos.
 - (D) todos os atos praticados pelos agentes administrativos devem ser do pleno conhecimento da coletividade.
 - (E) deve ser estabelecido tratamento diferenciado injustificável entre os interessados na contratação.
-
47. A Administração pública pode ser definida de forma resumida como o conjunto das atividades relacionadas de forma direta à execução das tarefas ou obrigações de interesse público. Sob o ponto de vista de sua evolução, ela costuma ser classificada por meio de três modelos: patrimonialista, burocrático e gerencial.
- A Administração pública gerencial
- (A) surgiu no Brasil a partir de meados do século XX, baseada na racionalidade por meio da criação e cumprimento de leis e regras para combater o nepotismo.
 - (B) tem como objetivo tornar a Administração pública pessoal, por isso o foco não é o controle de resultados.
 - (C) enfatiza aspectos formais e estabelece hierarquias rígidas.
 - (D) leva em conta aspectos de eficiência, eficácia e aumento da qualidade dos serviços públicos.
 - (E) confunde *res publica* (coisa do povo) com *res principis* (coisa do príncipe).
-
48. Uma das teorias da motivação mais conhecidas é a hierarquia das necessidades de Abraham Maslow. Ele colocava a motivação humana como uma hierarquia de cinco necessidades: fisiológica, de segurança e estabilidade, de pertencimento, de estima e de autorrealização. Segundo ele, cada necessidade deve ser ao menos parcialmente suprida antes de o indivíduo buscar satisfazer uma necessidade do próximo nível. De acordo com a necessidade de pertencimento,
- (A) os indivíduos sentem necessidade de pertencer a algum grupo social, como família e amigos.
 - (B) os indivíduos buscam ser livres de coação ou de tratamentos arbitrários.
 - (C) os indivíduos são motivados a buscar *status* e reconhecimento.
 - (D) após ter as outras necessidades atendidas, os indivíduos irão procurar significado e crescimento pessoal em seu trabalho, e buscarão ter novas responsabilidades.
 - (E) o indivíduo busca em primeiro lugar suprir suas necessidades mais básicas, como ter recursos suficientes para alimentar a si e à sua família.
-
49. Acerca do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, que compreende as atividades de elaboração, acompanhamento e avaliação de planos, programas e orçamentos, e de realização de estudos e pesquisas socioeconômicas, é correto afirmar:
- (A) Organiza as atividades de desenvolvimento organizacional dos órgãos e das entidades da Administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
 - (B) É composto exclusivamente pelas secretarias municipais e estaduais.
 - (C) Tem entre suas finalidades a formulação do planejamento estratégico nacional e a formulação de planos nacionais, setoriais e regionais de desenvolvimento econômico e social.
 - (D) Formula exclusivamente o plano plurianual, mas não as diretrizes orçamentárias nem os orçamentos anuais.
 - (E) Organiza o registro de atos e fatos relacionados à Administração orçamentária, financeira e patrimonial da União, utilizando regras contábeis.
-
50. Os princípios orçamentários estabelecem as regras básicas para conferir racionalidade, eficiência e transparência aos processos de elaboração, execução e controle do orçamento público. De acordo com o princípio da universalidade,
- (A) o registro das receitas e despesas na Lei Orçamentária Anual deve ser feito pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.
 - (B) a Lei Orçamentária Anual não conterà dispositivo estranho à previsão da despesa e à fixação da receita, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.
 - (C) o orçamento deve ser uno, ou seja, cada ente governamental deve elaborar um único orçamento.
 - (D) o exercício financeiro é o período de tempo ao qual se referem a previsão das despesas e a fixação das receitas registradas na Lei Orçamentária Anual.
 - (E) a Lei Orçamentária Anual de cada ente federado deverá conter todas as receitas e as despesas de todos os Poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo poder público.



51. A Constituição Federal vigente estabelece, em relação ao Orçamento Público, que
- (A) a Lei Orçamentária Anual define, a cada cinco anos, as prioridades e metas que devem ser observadas no momento de elaboração e execução dos Orçamentos.
 - (B) o Plano Plurianual permite que investimentos cuja execução se estenda além de um exercício financeiro possam ser iniciados sem estar incluídos previamente no plano Plurianual.
 - (C) o Plano Plurianual dispõe, para cada exercício financeiro, sobre a dívida pública federal, a estrutura e organização dos orçamentos e a fiscalização pelo Poder Legislativo sobre as obras e os serviços com indícios de irregularidades graves.
 - (D) o Plano Plurianual é o instrumento de planejamento de médio prazo do Governo Federal, que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
 - (E) a Lei Orçamentária Anual estabelece as metas fiscais e a fixação de critérios para limitação de empenho e movimentação financeira.
-
52. Os atos administrativos, entendidos como as manifestações das vontades da Administração pública, têm entre suas finalidades resguardar e declarar direitos ou impor obrigações. Para ter validade, um ato administrativo deve ter determinados elementos ou requisitos em relação à competência, finalidade, forma, motivo e objeto ou conteúdo. A finalidade é
- (A) a situação que autoriza ou determina a realização do ato administrativo.
 - (B) o poder, que a lei confere aos agentes públicos para que eles desempenhem suas funções.
 - (C) o objetivo que a Administração busca com a prática do ato administrativo e a sua prática não pode ser diversa daquela prevista na regra de competência.
 - (D) o efeito jurídico que o ato produz, prescreve ou dispõe, e o resultado do ato nunca pode violar outra lei, regulamento ou outro ato normativo.
 - (E) o meio pelo qual o ato é exteriorizado, o procedimento previsto em lei ou formalidades indispensáveis à existência do ato administrativo.
-
53. No Brasil, a Administração federal compreende a Administração direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios, e a Administração indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria: autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas. Em relação à Administração indireta e suas categorias de entidades, é estabelecido que
- (A) as fundações públicas são criadas para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa e patrimônio próprio.
 - (B) as autarquias são criadas para executar atividades atípicas da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, a gestão administrativa centralizada e a gestão financeira publicizada.
 - (C) nas fundações públicas o patrimônio é gerido exclusivamente pelo Poder Executivo e o funcionamento custeado exclusivamente por recursos da União.
 - (D) nas sociedades de economia mista o controle acionário pertence exclusivamente ao poder privado e estas não podem explorar atividades de caráter econômico ou prestação de serviços.
 - (E) tanto as sociedades de economia mista quanto as autarquias são entidades sem personalidade jurídica e não podem explorar atividades econômicas ou ter receitas próprias.
-
54. A cultura organizacional é um conjunto de valores composto por fatores como crenças, pressupostos e padrões de comportamento que fundamentam uma organização e são compartilhados por seus membros. Algumas características sintetizam os aspectos básicos que formam a essência da cultura corporativa, como inovação, atenção aos detalhes, orientação aos resultados, foco nas pessoas ou equipes, agressividade e estabilidade. A orientação para os resultados é o grau em que
- (A) as atividades de trabalho são mais organizadas em torno de equipes do que de indivíduos.
 - (B) os funcionários demonstram precisão, análise e atenção aos detalhes.
 - (C) os funcionários são motivados a ser inovadores e a assumir riscos.
 - (D) os dirigentes focam mais os resultados do que as técnicas e os processos empregados para o seu alcance.
 - (E) as atividades organizacionais enfatizam a manutenção do *status quo* ao invés do crescimento.
-
55. A administração de uma organização é o processo de
- (A) estabelecer padrões de desempenho, medir o desempenho atual e compará-lo com os padrões estabelecidos.
 - (B) planejar, organizar, liderar e controlar o trabalho dos envolvidos na organização de modo a utilizar todos os recursos disponíveis para alcançar os objetivos estabelecidos.
 - (C) certificar que os atos dos membros da organização levam em conta os objetivos estabelecidos pela direção na reunião anual do Conselho Diretor.
 - (D) alocar o trabalho, a autoridade, as funções, o orçamento e outros recursos da organização de modo que ela possa alcançar seus objetivos.
 - (E) utilizar a lógica e os métodos para estabelecer objetivos e ações para a organização.



56. Para alcançar seus objetivos e coordenar suas atividades, as empresas podem realizar planejamentos que se diferenciam por aspectos como, por exemplo, o prazo de suas ações e os níveis hierárquicos envolvidos. Os principais níveis de planejamento são comumente agrupados em estratégico, tático e organizacional. O planejamento tático
- (A) define as pessoas que irão desempenhar determinadas atividades, suas responsabilidades, divisão de tarefas e equipamentos necessários para cumprir o cronograma planejado para o ano atual.
 - (B) define os objetivos de curto prazo, tarefas rotineiras e cronograma para colocar em prática o plano estratégico.
 - (C) é a visão de futuro da organização no longo prazo, estruturado em fatores externos, como cenário econômico e situação do mercado.
 - (D) objetiva as ações de curto prazo e nele são definidos os métodos, processos e sistemas para alcançar os objetivos operacionais.
 - (E) cria metas e condições para que as ações estabelecidas no planejamento estratégico sejam atingidas, geralmente no período de um a três anos.
-
57. O método de avaliação de desempenho em que o avaliador se concentra nos comportamentos fundamentais que compõem a diferença entre o desempenho eficaz e o ineficaz em um cargo, descrevendo o que um funcionário fez de particularmente eficaz ou ineficaz, citando comportamentos específicos, e não traços de personalidade vagamente definidos, é o método
- (A) da classificação individual.
 - (B) das escalas de pontuação gráfica.
 - (C) das comparações multipessoais.
 - (D) dos incidentes críticos.
 - (E) da comparação pareada.
-
58. O dimensionamento e a gestão de estoques estão diretamente ligados à previsão da demanda por determinado material ou produto. Essa previsão estima quantidades que serão demandadas no futuro por técnicas que são classificadas como de projeção, explicação ou predileção. Já a forma de evolução dessa demanda pode ser horizontal, sujeita a tendência ou sazonal. A técnica de previsão de consumo por projeção
- (A) prediz as vendas do futuro sem considerar a evolução das vendas no passado e sua inter-relação com outras variáveis cuja evolução é conhecida.
 - (B) estabelece a evolução das vendas futuras exclusivamente de acordo com os funcionários e conhecedores de fatores influentes nas vendas e no mercado.
 - (C) parte da premissa de que o futuro pode ser definido com dados do passado, ou seja, as vendas no futuro irão evoluir da mesma maneira que no passado.
 - (D) aplica exclusivamente regressão para estimar as vendas, desconsiderando a correlação.
 - (E) utiliza exclusivamente a opinião de especialistas e estudos para estimar as vendas.
-
59. Os materiais de uma organização podem ser armazenados por diversas metodologias, dentre elas: por frequência, por características, por agrupamento, por separação entre lote de reserva e diário e por setores de montagem. A armazenagem com separação entre lote de reserva e lote diário
- (A) necessita de um espaço destinado a cobrir as necessidades do dia a dia e outro para materiais que são de uso esporádico.
 - (B) facilita a arrumação e localização dos materiais, mas, em contrapartida, o espaço físico pode não ser otimizado.
 - (C) é adotada geralmente em linhas de produção de pequeno e médio porte, e os materiais que serão utilizados são organizados de forma sequencial, seguindo a sequência da linha de produção.
 - (D) desconsidera a frequência com que o material é movimentado, o que em geral dificulta a localização e o manuseio.
 - (E) engloba as peças de série num grupo de forma a constituir uma base de produção por família de peças.
-
60. Um dos pilares do controle de estoque efetivo é o fluxo de informações adequado e rastreável. A adoção de alguns documentos padronizados, como a requisição de compra, pedido de cotação, pedido de compra, nota fiscal e requisição de material pode possibilitar e facilitar esse processo. A função do pedido de cotação é solicitar
- (A) a aquisição de um item para repor o estoque.
 - (B) as informações sobre as condições de fornecimento de um determinado produto ou serviço, como prazo, preço e frete.
 - (C) a entrega de um item ao fornecedor que melhor atende às condições de fornecimento.
 - (D) a entrega do pedido de compra.
 - (E) o pedido de retirada de um item em estoque para consumo da empresa.